

CONVÊNIO Nº 001 /2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 0113-020157/2017.

Publicado no Diário Oficial do DF
nº 92, de 15/05/2018, pág. 28
 921555-1
Rubrica Matrícula

Convênio de Cooperação Recíproca que entre si celebram o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – **DER/DF** e o DISTRITO FEDERAL por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - **PMDF**, tendo por objeto a execução de Fiscalização de Trânsito e apoio policial nas rodovias que compõem o Sistema Rodoviário do Distrito Federal - **SRDF** na forma abaixo.

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominado simplesmente **DER/DF**, CNPJ nº. 00.070.532/0001-03, situado no SAM, Bloco “C” Brasília-DF, neste ato representado por seu **Diretor-Geral**, o Eng.º MARCIO AUGUSTO ROMA BUZAR, portador do CREA-MA nº 5713 D, e CPF nº 407.412.813-68, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital e o **DISTRITO FEDERAL** por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**, doravante denominada simplesmente **PMDF**, CNPJ nº. 08.942.610/0001-16 com sede no Setor de Áreas Isoladas Sul - SAIS, QD 04 Brasília-DF, neste ato representado pelo **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E FINANÇAS - DLF**, o Cel. **QOPM SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE SOUZA**, Matrícula nº 50.193-X – **PMDF**, e CPF 480.284.601-00, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, resolvem celebrar o presente Convênio sob a regência da Lei 8.666/93, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento tem por fundamento legal com base no **Art. 116 da Lei 8.666/93** e nos **Artigos 21, 23 e 25 da Lei 9503/97** - Código de Trânsito Brasileiro, e competências definidas pelo **Decreto nº 37.949/2017**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Convênio de Cooperação Recíproca tem por objetivo a execução pelo **DER/DF** e **PMDF** das atividades de Fiscalização de Trânsito e apoio policial nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – **SRDF**, bem como atividades de Educação de Trânsito, observando o **PLANO DE TRABALHO** a ser aprovado pelas autoridades competentes, as disposições da **Lei 9.503/97** – Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETIVO

Estabelecer em conjunto diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as normas no âmbito de suas respectivas atribuições, colaborando em operar o trânsito e a circulação de veículos, de pedestres, de ciclistas, de animais; promover e desenvolver atividades para a educação e conscientização dos usuários das rodovias do Distrito Federal; garantir a segurança viária; reduzir o número de acidentes no trânsito, principalmente com vítimas fatais, promovendo a paz e a cidadania no trânsito do Distrito Federal.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATIVIDADES

1 - Serão exercidas pelos Convenientes as seguintes atividades:

1.1 - Fiscalização de Trânsito – Fiscalização nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, visando aumentar a segurança e fluidez do trânsito e reduzir o número de acidentes de trânsito no Distrito Federal, observando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;

1.2 - Educação de Trânsito – Execução conjunta de atividades e de programas educativos de trânsito nas rodovias, escolas e eventos diversos no âmbito do Distrito Federal, visando à informação e a conscientização dos condutores para uma convivência e o compartilhamento de um trânsito seguro;

1.3 - Apoio Operacional - Apoio conjunto em operações realizadas nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, podendo haver cooperação entre os convenientes com o emprego de produtos, serviços, materiais e/ou equipamentos;

Parágrafo Único – As Atividades objeto do presente Convênio obedecerão ao planejamento conjunto do **DER/DF e PMDF**, ficando a coordenação e o controle por conta da parte que exercerá a supervisão técnica dentro de sua competência legal, sem prejuízo ao andamento das Ações/ Operações.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. - Constituem obrigações de ambos partícipes:

1.1 - Para o item Fiscalização de Trânsito:

1.1.1 - Cumprir e fazer cumprir a Legislação de Trânsito, aplicando as penalidades e medidas administrativas nela previstas ao condutor/proprietário infrator e conforme os termos deste convênio, dentro das respectivas competências;

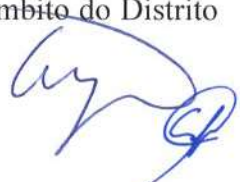
1.1.2 - Planejar e realizar operações nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, devendo a operação ser coordenada por Agente da Autoridade de Trânsito devidamente designado e acordado conforme o planejamento. No caso de autuações, lavrar os autos de infrações de trânsito em formulários ou equipamentos próprios de cada órgão, elaborando o respectivo relatório, conforme legislação vigente, e encaminhando as respectivas autuações para a autoridade de trânsito competente, devendo ainda a receita auferida ser rateada na forma do item 2.3;

1.1.3 - Os Convenientes deverão promover intercâmbios, de forma a padronizar os procedimentos nas respectivas operações realizadas nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF;

1.2 - Para o item Educação de Trânsito:

1.2.1 - Execução conjunta de atividades e de programas educativos de trânsito no âmbito do Distrito Federal.

1.3 - Para o item Apoio Operacional:



1.3.1 - Disponibilizar apoio de equipe de agentes, de um para o outro, para realização de operações nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, podendo haver cooperação entre os convenientes com o emprego de produtos, serviços, materiais e/ou equipamentos

2 – Constitui Obrigações do DER/DF:

2.1 – Planejar, coordenar e organizar juntamente com a **PMDF**, através do CPTran, as atividades objeto do presente convênio de cooperação recíproca, objetivando o bom desempenho nas ações de policiamento rodoviário;

2.2 – Designar, mediante publicação, como Agentes de Autoridade de Trânsito os Policiais Militares lotados no Batalhão de Policiamento Rodoviário – BPRv e no Comando de Policiamento de Trânsito – CPTran, bem como os indicados das Unidades Operacionais que possuam dentro de sua área/rodovia na competência do DER, previamente treinados por esse Comando para atuarem na fiscalização e no policiamento rodoviário de trânsito das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, nos termos que confere o **Art. 280 inciso IV da Lei 9.503/97**– Código de Trânsito Brasileiro e legislações pertinentes;

2.3 – Repassar bimestralmente, 50% (cinquenta por cento) dos valores arrecadados com as autuações lavradas pela **PMDF**, que será calculado da seguinte forma:

- Valor Total Arrecadado com infrações, subtraído dos descontos conforme tabela abaixo, sendo o resultado dividido por dois (VTA-D) /2.

TABELA DE DESCONTOS

DESCONTOS	VALOR UNITÁRIO	CÁLCULO
SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	CONFORME CONTRATO DER/SERPRO - 036/2016	MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE AUTOS PROCESSADOS
PROCESSAMENTO DE INFRAÇÕES	CONFORME CONVÊNIO DER/DETRAN - 002/2015	MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE AUTOS PROCESSADOS
FUNSET	5%	VALOR ARRECADADO
PASEP	1%	VALOR ARRECADADO
TARIFAS BANCÁRIAS	*CONFORME TABELA DO BANCO	SOBRE O VALOR ARRECADADO
SERVIÇOS DE POSTAGENS (LOCAL)	CONFORME CONTRATO DER/ECT 006/2016	MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE AUTOS POSTADOS
SERVIÇOS DE POSTAGENS (INTERESTADUAL)	CONFORME CONTRATO DER/ECT 006/2016	MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE AUTOS POSTADOS
TALONÁRIO ELETRÔNICO	CONFORME CONTRATO VIGENTE	MULTIPLICADO PELA QTDE DE APARELHOS
EVENTUAIS DESPESAS COM MATERIAIS, SERVIÇOS E INVESTIMENTOS.	CONFORME COMPROVAÇÃO DA DESPESA	VALOR TOTAL DAS NOTAS FISCAIS OU COMPROVANTE DAS DESPESAS



- * Percentual variável regulado pelo BANCO CENTRAL e executado pelo banco contratado;

- Quando da solicitação de eventuais despesas Correntes e/ou Investimentos, deverá haver saldo orçamentário para a viabilidade de atendimento.

2.4 – Fornecer, construir, implantar, manter e reparar as instalações destinadas às Unidades da Polícia Militar e suas frações, destacadas para o policiamento, dentro das disponibilidades orçamentárias para o efetivo exercício de Policiamento/Fiscalização de Trânsito nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, as quais serão consideradas áreas sujeitas à administração Militar para os efeitos do **Decreto Lei nº1001 de 21 de outubro de 1969 (CPM) e do Decreto Lei nº1002 de 21 de outubro de 1969 (CPPM)**;

2.5 – Conceder acesso ao executor do convênio por parte da **PMDF** ao Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito (**RADAR**) e Sistema de Processamento de Infrações (GETRAN);

2.6 – Fornecer materiais de consumo e de distribuição gratuita necessária às atividades desenvolvidas pela Unidade Policial Militar especializada no Policiamento de Trânsito Rodoviário;

2.7 – Implantar fiscalização de controle de excesso de peso nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF;

2.8 – Promover apoio às atividades administrativas operacionais desenvolvidas pela Unidade Policial Militar especializada no Policiamento de Trânsito Rodoviário, tais como: transporte de materiais oriundos das operações de remoções de veículos e animais nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF;

2.9 – Fornecer serviço de guincho, visando remoção de veículos retidos nos pátios dos postos rodoviários, e locais onde ocorram o policiamento e fiscalização de trânsito nas rodovias;

2.10 – Designar servidor (es) especializado (s) em tráfego e operações de trânsito, para que, mediante solicitação da conveniada, participe do planejamento e execução das atividades de fiscalização de trânsito;

2.11 – Disponibilizar materiais e apoio técnico para realização de campanhas educativas em conjunto com o CPTran e suas subunidades;

2.12 – Informar à Unidade Policial Militar especializada no Policiamento de Trânsito Rodoviário de realizações de transporte de cargas/dimensões excedentes ou de produtos perigosos;

2.13 – Realizar em conjunto com o Comando de Policiamento de Trânsito – CPTran, o planejamento de ações e eventos a serem realizados nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF;

2.14 – Processar e manter arquivados no Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito e no Sistema de Processamento de Infrações os autos lavrados pela **PMDF**,

2.15 – Disponibilizar à conveniada equipamentos eletrônicos e/ou talões manuais de registros de autos de infrações que serão utilizados pelos Agentes de Autoridade de Trânsito designados para a fiscalização e o policiamento rodoviário de trânsito;



2.16 – Realizar baixa dos pagamentos e alterações de cancelamento, efeito suspensivo, “*sub-judice*” e reativação de multas no Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito e no Sistema de Processamento de Infrações;

2.17 – Oferecer instalações em condições técnicas adequadas para a realização de vistoria nos veículos autuados pelos Policiais Militares nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, que são passíveis de regularização em decorrência de cometimento de

infrações e outras situações que necessitem da referida inspeção;

2.18 – Fornecer à conveniada as informações estatísticas de acidentes e volume de tráfego de veículos, pedestres e ciclistas nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF, quando assim solicitadas;

2.19 – Promover e realizar cursos, palestras e seminários sobre legislação, operação e segurança de trânsito em conjunto com a conveniada, custeando todas as despesas que se fizerem necessárias, bem como as de especialistas, autoridades convidadas, palestrantes e instrutores, com o objetivo de que policiais do Comando de Policiamento de Trânsito – CPTran e suas subunidades e, bem como os demais policiais militares que estiverem credenciados para exercerem a atividade de fiscalização de trânsito nas demais unidades da PMDF que possuam competência recíproca no apoio da fiscalização de trânsito rodoviário participem de cursos, estágios, seminários, congressos e outras atividades julgadas de interesses inerentes ao policiamento e fiscalização de trânsito rodoviário;

2.20 – Proceder a caracterização das viaturas utilizadas no policiamento rodoviário de trânsito, acrescentando os dizeres “**CONVÊNIO DER-DF/PMDF**”.

3 – Constitui obrigações da **PMDF**:

3.1 - Utilizar os recursos financeiros, bem como materiais, bens e equipamentos repassados pelo **DER/DF**, exclusivamente nas atividades de fiscalização e policiamento de trânsito rodoviário, conforme objeto do presente Convênio;

3.2 - Elaborar e apresentar ao **DER/DF** prestação de contas anual, constando o demonstrativo da execução da receita e despesa, relação nominativa de pagamentos efetuados, extratos da conta corrente específica do convênio, devidamente conciliados com as despesas efetuadas, relação de bens adquiridos e declaração expressa do Ordenador de Despesas aprovando o relatório circunstanciado e atestando que os recursos financeiros recebidos tiveram boa e regular aplicação, de acordo com o estabelecido no presente ajuste e na forma determinada pelo Artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro;

3.3 - Manter o efetivo do policiamento para atender as demandas de fiscalização de trânsito rodoviário, proporcionando treinamento específico, sendo de sua responsabilidade o pagamento dos respectivos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e securitários;

3.4 - Fiscalizar, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis relativas às infrações de trânsito, inclusive por excesso de peso, dimensões e de lotação em veículos automotores;

3.5 – Fornecer e manter em boas condições os equipamentos de uso obrigatórios abaixo relacionados, bem como outros necessários para ao exercício das atividades de fiscalização de trânsito rodoviário, providenciando as suas aferições e atualizações:

3.5.1 Equipamentos de uso policial militar;

3.5.2 Equipamentos de proteção individual;

3.5.3 Armamentos, munições e outros materiais bélicos, além de algemas;

3.5.4 Equipamentos e serviços de radiofonia;

3.5.5 Equipamentos de fiscalização de velocidade, embriaguez etílica, transmitância luminosa de vidros e películas e análise da emissão de gases expelidos pelos escapamentos de veículos;

3.5.6 - Outros necessários à operacionalização da Fiscalização de Trânsito e do Policiamento Rodoviário;

3.6 - Empregar viaturas em quantidade compatível com o efetivo e com a necessidade do policiamento de trânsito rodoviário, dentro de sua capacidade operacional, devidamente caracterizadas e identificadas de acordo com as normas da **PMDF**, acrescentando o logotipo do

DER/DF e os dizeres “**CONVÊNIO DER-DF/PMDF**”;

3.7 - Encaminhar lista do efetivo de policiais militares a serem cadastrados junto ao **DER/DF** para fins administrativos e de designação como agentes da autoridade de trânsito e comunicar tempestivamente as alterações ocorridas;

3.8 – Quando promover e realizar cursos, palestras e seminários sobre legislação, operação e segurança de trânsito em conjunto com o **DER/DF**, custeando todas as despesas que se fizerem necessárias, bem como as de especialistas, autoridades convidadas, palestrantes e instrutores, com o objetivo de que os agentes da autoridade de trânsito especializados na fiscalização e no policiamento rodoviário de trânsito participem de cursos, estágios, seminários, congressos e outras atividades inerentes ao objeto deste convênio;

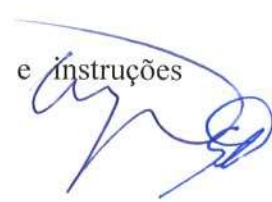
3.9 – Quando solicitado antecipadamente pelo **DER/DF**, disponibilizar apoio para garantir a segurança e a fluidez viária em eventos, manifestações e outras ocorrências de interesse público, bem como para as operações de aferições de equipamentos de fiscalização eletrônica instalados nas rodovias do Distrito Federal;

3.10 - Colaborar com os estudos e projetos de sinalização de trânsito destinados à obras, eventos e à outras intervenções necessárias para se obter melhor fluidez e segurança viária nas rodovias do sistema rodoviário do Distrito Federal, conforme necessidade do **DER/DF**;

3.11 - Proceder escolta de transporte de cargas especiais quando necessário, além de outros apoios em situações solicitadas pelo **DER/DF**;

3.12 - Comunicar ao **DER/DF** quando detectadas ocorrências de invasões de faixas de domínio, de acessos irregulares e outras intervenções que afetem a segurança viária, bem como disponibilizar apoio e proteção em operações de remoção, fechamentos de acessos e recolhimento de animais em rodovias distritais;

3.13 – Cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito, bem como normas e instruções do **DER/DF** pertinentes à operação e fiscalização de trânsito rodoviário;



- 3.14 - Controlar, cadastrar e encaminhar ao **DER/DF** os autos de infração emitidos pelos policiais militares designados para a fiscalização e o policiamento de trânsito rodoviário na forma do presente convênio, com vista à aplicação das penalidades cabíveis aos infratores;
- 3.15 - Realizar a manutenção preventiva e corretiva na frota de veículos empregados no policiamento de trânsito rodoviário;
- 3.16 - Fornecer combustíveis e lubrificantes para o uso na frota de veículos empregados no policiamento de trânsito rodoviário;
- 3.17 - Comunicar ao **DER/DF** as avarias ou deficiências encontradas nas rodovias que possam comprometer as condições de segurança viária, bem como promover medidas que proporcionem a proteção e segurança dos usuários das rodovias distritais;
- 3.18 - Designar 03 (três) policiais militares treinados para que, em locais a serem definidos entre os convenientes, auxiliem no encaminhamento, despacho e processamento dos autos de infrações lavrados em decorrência da execução do objeto do presente convênio e que geraram medidas administrativas ou defesas/recursos das autuações, como também para a entrega de CNH's e CRLV's recolhidos nas operações de fiscalização de trânsito rodoviário realizadas pelos policiais militares;
- 3.19 - Designar policiais militares treinados para realizar vistoria em veículos autuados nas operações de fiscalização de trânsito rodoviário, depois de sanadas as irregularidades apontadas;
- 3.20 - Gerir a aplicação dos recursos financeiros, dos materiais, dos equipamentos e dos investimentos provenientes da execução do presente convênio.
- 3.21 - Elaborar e apresentar ao **DER/DF** prestação de contas anual, constando o demonstrativo da execução da receita e despesa, relação nominativa de pagamentos efetuados, extratos da conta corrente específica do convênio, devidamente conciliados com as despesas efetuadas, relação de bens adquiridos e declaração expressa do Ordenador de Despesas aprovando o relatório circunstanciado e atestando que os recursos financeiros recebidos tiveram boa e regular aplicação, de acordo com o estabelecido no presente ajuste, conforme estabelece o art. 116, parágrafos 5º e 6º da Lei Federal nº 8.666/93, e na forma determinada pelo Artigo 320 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo o prazo em conformidade com o período de execução previsto no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entra em vigor a contar da data de sua assinatura, ou seja, de 14/05/2018, vigorando pelo prazo de 60 (sessenta) meses, isto é, até 13/05/2023, podendo à expensas dos convenientes ser rescindido a qualquer tempo mediante acordo entre os partícipes e assinatura de Termo Aditivo, bastando para tanto que o interessado se manifeste por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

O valor total estimado do presente Convênio conforme consta no Plano de Trabalho ali especificados no Cronograma de Previsão de Desembolso Financeiro é de R\$ 34.451.400,00 (trinta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e um mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPASSES DE RECURSOS

Os valores apurados das autuações lavradas pela **PMDF** serão repassados conforme **CLÁUSULA QUINTA**, item 2.3, através do domicílio bancário nº 070.00100.0404886, U.G. GESTÃO: 130101 – Secretaria de Estado da Fazenda do DF.

CLÁUSULA NONA – DOS EXECUTORES

Ficam designados executores do presente convênio, pelo **DER/DF**, um titular e um substituto nomeados pelo Diretor Geral ou pela autoridade competente delegada, e pela **PMDF**, um Oficial titular e um Oficial substituto, efetivos do CPTran e/ou do Batalhão de Policiamento Rodoviário -BPRV, e nomeados pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças – DLF, com vistas às atribuições constantes do Decreto nº 32.598/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE E DESTINAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

1 - Os bens adquiridos com recursos financeiros oriundos do presente Convênio integrarão ao acervo patrimonial da parte responsável pelo seu pagamento, a partir do recebimento e tombamento, e serão disponibilizados à Unidade Especializada responsável pelo policiamento de trânsito rodoviário e, bem como as Unidades que tiverem conflito de competência de apoio a fiscalização das rodovias de responsabilidade do DER, bem como às outras Unidades da **PMDF** que também participam deste policiamento, observando o disposto no Artigo 320 da Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro. Os bens que estejam em cessão de uso poderão permanecer desta forma ou serão restituídos ao cedente a qualquer tempo em comum acordo entre os partícipes.

2 – Os danos porventura causados ao patrimônio dos convenientes serão apurados por meio de procedimentos legais adotados pelo **DER/DF** e **PMDF**, conforme cada caso, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com vistas às providências necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EFETIVO

O efetivo empregado no policiamento e fiscalização das rodovias do CPTran e suas subunidades será coordenado pelo CPTran. Os efetivos utilizados pelas unidades que possuem rodovias dentro de suas áreas de responsabilidade serão coordenadas pelo Departamento Operacional com apoio técnico do CPTran, com o objetivo de aperfeiçoar a eficiência operacional e administrativa entre os órgãos convenientes, obedecendo os critérios e as prioridades definidas em conjunto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer momento, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante notificação por escrito ao outro, imputando-lhes as responsabilidades pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos nesse período.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Toda e qualquer alteração no presente ajuste de cooperação recíproca deverá ser processada mediante termo aditivo, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

O presente termo de ajuste de cooperação recíproca após assinado deverá ter o seu extrato publicado no D.O.D.F. em até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente após sua assinatura, para que o ocorra a sua eficácia, necessitando ainda o seu registro de instrumento no ente público interessado, conforme art. 60, *caput*, art. 61 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento de cooperação recíproca, entre em contato com a SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, OUVIDORIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO, no telefone **0800-6449060**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente, que lido e achado conforme, e assinado pelos partícipes já mencionados e testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 14 de maio de 2018.

Pelo DER/DF:


Engº MARCIO AUGUSTO ROMA BUZAR

Diretor-Geral

Pela PMDF:


SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE SOUZA – Cel. QOPM.

Chefe do Deptº. de Logística e Finanças - PMDF

Testemunhas:

Nome: MÁRCIO CORREA SOARES

CPF/MF: 313.535.251-04

MATRÍCULA: 223278-2

Nome: SINOMAR RIBEIRO DO ESPIRITO

CPF/MF: 710.403.151-00

MATRÍCULA: 224109-9